

Rogério Rosa Rodrigues, Paulo Pinheiro Machado, Alexandre Assis Tomporoski, Delmir José Valentini, Márcia Janete Espig



A GUERRA SANTA DO CONTESTADO TINTIM POR TINTIM



Rogério Rosa Rodrigues Paulo Pinheiro Machado Alexandre Assis Tomporoski Delmir José Valentini Márcia Janete Espig

[organizadores]



Copyright © 2023 Os organizadores Copyright © 2023 Letra e Voz

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS Caroline Fernandes ÍNDICE ONOMÁSTICO E REVISÃO Karina Dumont DIAGRAMAÇÃO Estúdio Xlack CAPA Rafael Baldam

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A guerra santa do Contestado tintim por tintim / organização Rogério Rosa Rodrigues... [et al.]. -- São Paulo : Letra e Voz, 2023.

Outros organizadores: Paulo Pinheiro Machado, Alexandre Assis Tomporoski, Delmir José Valentini, Márcia Janete Espig. Bibliografia. ISBN 978-65-86903-32-4

- 1. Brasil História 2. Brasil História Guerrado Contestado, 1912-1916
- 3. Rebelião Aspectos históricos Brasil 4. República Brasil História
- 5. Santa Catarina (Estado) História I. Rodrigues, Rogério Rosa.
- II. Machado, Paulo Pinheiro. III. Tomporoski, Alexandre Assis.
- IV. Valentini, Delmir José. V. Espig, Márcia Janete

23-154083 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

CONSELHO EDITORIAL

Daphne Patai (UMass Amherst), Fernando Cássio (UFABC), Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL), Gerardo Necoechea Gracia (INAH), Márcia Ramos de Oliveira (Udesc), Marilda Aparecida de Menezes (UFCG), Mônica Rebecca Ferrari Nunes (ESPM), Ricardo Santhiago (Unifesp), Richard Cándida Smith (UC Berkeley)

Todos os direitos desta edição reservados à

LETRA E VOZ Rua Dr. João Ferraz, 67 03059-040 — São Paulo — SP www.letraevoz.com.br fb.com/letraevoz

Sumário

Prefácio, Ana Maria Mauad 9

Apresentação: a aventura e a tragédia do Contestado, Paulo Pinheiro Machado 13

Cronologia do Contestado 29

UNIDADE 1

Caminhos, palavras e conflitos: sementes das Cidades Santas

- Monge João Maria de Agostini: o eremita das Américas, Alexandre Karsburg 41
- Os Donos da Terra: posseiros e latifundiários (séc. XIX),
 Flávia Paula Darossi 51
- 3. O nascimento da Questão de Limites e a contestação das fronteiras nacionais, Francimar Ilha da Silva Petroli 60
- 4. No mesmo tempo e no mesmo espaço: a propósito da (in)visibilidade indígena no Contestado, Flávio Braune Wiik e Eloi Giovane Mochalovski 69
- 5. Monges em movimento: entre o Brasil e as Américas, Alexandre Karsburg 77

- 6. Em nome do monge: rebeliões e insurgências anteriores ao Contestado, Evelyn Bueno e Alexandre Assis Tomporoski 86
- 7. Terra de muitos donos: disputas políticas e agrárias no caso do Timbó, Eloi Giovane Mochalovski 93
- 8. Bonanças e conflitos: a vida do coronel Albuquerque, Gabriel Carvalho Kunrath **101**
- 9. Lacunas, aparições e sumiços: o monge José Maria na antessala da Guerra do Contestado, Gabriel Carvalho Kunrath **108**
- 10. "Que terrível madrugada, que terrível despedida, no espaço de uma hora a causa foi decidida": a Batalha do Irani, Gabriel Carvalho Kunrath 117

UNIDADE 2

A desordem em progresso: o mundo fora das Cidades Santas

- 11. O trem do futuro e suas ciladas: a construção da ferrovia do Contestado, Márcia Janete Espig 127
- 12. O alemão que dinamitou a ferrovia, Viviani Poyer 136
- 13. Brazil Railway Company: apogeu e decadência do "Syndicato Farquhar", Márcia Janete Espig 143
- 14. Faroeste Caboclo no sertão: o assalto ao trem pagador, João Felipe Alves de Morais 149
- 15. Percival Farquhar: uma trajetória de embates, Carlos Eduardo Collet Marino 158
- 16. O processo de limites do Contestado no Supremo Tribunal Federal, Matheus Fernando Silveira 166

- 17. As gentes da Europa no planalto norte catarinense, Fernando Tokarski 174
- 18. Guerra contra a nação rural e rebelde brasileira: o caso do Contestado, Rogério Rosa Rodrigues 182
- 19. Capitão Matos Costa: a fabricação do mártir, Felipe Veber **191**
- 20. Negociação ou conflito? Um deputado federal em terras contestadas, Ana Crhistina Vanali 198
- 21. De Mesquita a Setembrino: as expedições militares, Felipe Veber **205**
- 22. Extra! Extra! O Contestado nas páginas dos jornais, Liz Andréa Dalfré 212
- 23. Da seiva ao sangue: a história da Lumber Company, Alexandre Tomporoski **220**

UNIDADE 3

Fé, esperança e luta nas Cidades Santas

- 24. Cidades Santas ou redutos: igualdade, fé e fraternidade, Delmir José Valentini **229**
- 25. Em nome de São João Maria: a santa religião do Contestado, Márcia Janete Espig 238
- 26. A tecnologia sustentável das construções caboclas, Gerson Witte **24**7
- 27. O monarquismo sertanejo, Márcia Janete Espig **256**

- 28. Da literatura às armas: a presença de Carlos Magno no sertão catarinense, Márcia Janete Espig e Gabriel Carvalho Kunrath **265**
- 29. A proteção pela magia, Felipe Augusto Werner dos Reis **270**
- 30. Populações negras no planalto catarinense, Natália Ferronatto 277
- 31. As mulheres do Contestado, Karoline Fin **284**

- 32. Fabrício das Neves, o guerreiro da fronteira, Cristina Dallanora **290**
- 33. Alemãozinho: falsificações, traições e tragédia, Cássio Alexandre de Souza e Rafael José Nogueira **297**
- 34. Canoinhas sitiada: corre que lá vem o Papudo!, Diego Gudas e Alexandre Tomporoski 301
- 35. Adeodato: o comandante caboclo demonizado, Delmir José Valentini e João Felipe Alves de Morais 308

UNIDADE 4

As chamas e as cinzas das Cidades Santas

- 36. A chacina nas margens do Iguaçu, Viviani Poyer **321**
- 37. As fotografias de Claro Jansson, Rafael Ginane Bezerra 328
- 38. Fabrício Vieira: o vaqueano de muitas guerras, Cristina Dallanora 337
- 39. Monges Barbudos: subversivos e comunistas no planalto gaúcho, Fabian Filatow 345

- 40. Tributo a Szczerbowski, Fernando Tokarski 352
- 41. O profeta do povo: São João Maria na atualidade, Tânia Welter 358
- 42. Cemitérios de anjinhos de São João Maria, Alcimara Aparecida Föetsch **366**
- 43. Vida e luta das famílias caboclas hoje, Andréia Tecchio 373

UNIDADE 5

Cidades Santas: memórias, usos e apropriações

- 44. Apropriações do Contestado: de assunto maldito a ícone identitário, Paulo Pinheiro Machado 383
- 45. O Movimento pelo Estado das Missões, Gabriel Goulart Barboza 389
- 46. O território, o herói e a guerra: o Contestado nos museus do Paraná, Luiz Carlos da Silva 397

- 47. Jagunços, coronéis e caboclos: museus catarinenses e sítios bistóricos sobre o Contestado, Luiz Carlos da Silva **406**
- 48. O Contestado e a literatura, Susan A. de Oliveira 415
- 49. Artistas espreitam a História e escrevem com pincéis, Delmir José Valentini e Gerson Witte **421**
- 50. Combatendo com a sanfona: Vicente Telles e Batalha do Irani, Delmir José Valentini **432**
- 51. "É verdade esse bileti": fake news no Contestado, Paulo Pinheiro Machado e Rogério Rosa Rodrigues **439**

UNIDADE 6

Vivências

- 52. O Contestado além da História, Romário Borelli **453**
- 53. Itinerário pessoal de uma temática: o que me levou a pesquisar a Guerra do Contestado, Marli Auras **470**
- 54. Estamos num outro século, Donaldo Schüler 481
- 55. Por uma geografia da Guerra do Contestado: o território, a cultura cabocla e o conflito que segue no tempo presente, Nilson Cesar Fraga 484

- 56. Desfolhando histórias Claudia Felisbino Souza, Eliane Felisbino e Indaiara Felisbino **492**.
- 57. De parágrafo a filme: quando vi o invisível, Marcia Paraiso **496**
- 58. O Contestado e eu, Fernando Tokarski **50**6

Índice bibliográfico sobre a Guerra do Contestado **509** Índice remissivo **517** Autoras e autores **529**

†

Prefácio

Ana Maria Mauad

Quando nos referimos ao Brasil, como país, vem à nossa cabeça o mapa de seu território. Uma imagem que, se vista de forma isolada, mais parece como tendo o norte escoando para o sul, drenando o espaço do Oiapoque para o Chuí. Entretanto, se incluímos o mapa do Brasil dentro do da América do Sul, aí a coisa muda de figura, pois o território brasileiro ocupa quase todo o mapa e se agiganta – como quer o hino nacional, "deitado eternamente em berço esplêndido".

A imaginação geográfica plasmada na saga bandeirante, estudada na escola na unidade "expansão territorial", não considera que não se tratava de um território vazio, mas intensamente povoado pelos habitantes originários da terra. A ideia de um espaço vazio a ser tomado pelo processo civilizatório já guarda em si um princípio sobre o qual a história desse território chamado Brasil foi assentada: o da desigualdade.

Assim, o fio condutor da nossa história, embora de fato formada por múltiplas histórias, foi a disputa desigual pelo controle da terra. Como a terra já estava ocupada, as histórias que se contam narram conflitos sangrentos, em que se destacam duas: Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916). Este livro trata do segundo conflito, que, como o primeiro, foi atravessado pelo maravilhoso da religiosidade popular.

Monges visionários, virgens videntes, jovens combativas são personagens de narrativas encantadas e ganham nomes santos: Maria, João, José. Escassez, insegurança e violência compõem o ritmo de uma vida cotidiana marcada pela submissão dos que nada têm, pelos que tudo possuem. Na Guerra do Contestado, o imaginário popular amparado por uma compreensão muito própria do cristianismo movimentou um conjunto de signos fornecendo ao conflito a sua dimensão caleidoscópica.

Em A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim, temos clara a configuração dessa pluralidade de vozes, situações e temporalidades. As seis partes que compõem o livro orientam a leitura pelos tempos e lugares de uma saga que, ainda hoje, repercute na nossa consciência como país. A carnificina que acompanhou a reação das chamadas "forças da ordem", em diferentes etapas do conflito, evidencia um outro princípio que, junto ao da desigualdade, constitui a nossa história: a violência.

O interessante é que ambos os princípios foram registrados em preto e branco, em fotografias que, mais do que provar a repressão, a monumentaliza. Aqui observamos, novamente, uma semelhança entre os dois conflitos: a fotografia. O registro fotográfico contratado pelas forças da repressão tinha um duplo objetivo. Por um lado, serviram para o encapsulamento do acontecimento em notícias, publicadas nas revistas ilustradas da Capital Federal, em que se podia acompanhar o movimento das tropas, os acampamentos, a força da repressão, e assim, apaziguar os ânimos civilizados contra a barbárie do sertão.

Por outro lado, as fotografias, como imagens técnicas produzidas por um aparato mecânico, guardavam a ilusão de serem o "olho da história", expressão cunhada por Mathew Brady, fotógrafo da Guerra Civil americana. Essa condição atribuía ao registro fotográfico a ideia de transparência, uma janela por meio da qual teríamos acesso ao vivido. Assim, as fotografias produzidas durante a Guerra do Contestado, ao valorizarem somente um dos lados do conflito, transformaram o outro no reverso da imagem.

A Guerra Santa do Contestado assentou-se em uma prática fotográfica peculiar, pois incluiu diferentes tipos de técnica fotográfica, entre as quais, a estereoscopia. Duas imagens com ligeira diferença, coladas em um cartão, que deveria ser visto através de um visor, dando a impressão de que se estava entrando dentro da cena. Um conjunto variado de fotografias de formatos diferentes, todas encenando uma situação, como uma das mais famosas, produzidas pelo fotógrafo Claro Jasson, que de acordo com o historiador Rogério Rosa Rodrigues no texto "Nas árvores entre oficiais e em famílias: a fotografia e o desejo de entrar para a história" (2017, p. 125), tornou-se a imagem símbolo do Movimento do Contestado:

Um grupo de jagunços apontando suas armas para o espectador. São homens brancos, negros e mestiços. Suas indumentárias, assim como as armas que portam,

revelam sujeitos de diversas camadas sociais, incluindo um fazendeiro no canto à esquerda, possivelmente um oficial da Guarda nacional, em contraste com o homem negro de pés descalços que ocupa o primeiro plano da foto. Não deixa de impressionar a presença irreverente de dois músicos no canto direito.

As imagens produzidas ao longo dos anos de conflito nos permitem acessar uma experiência histórica que só se tornou possível porque foi fotografada. Entretanto, as fotografias não são janelas que se abrem ao passado, tal como ele aconteceu, resultam do investimento das sociedades históricas em projetar uma imagem de si para o futuro, são monumentos. As fotografias integram o mosaico de signos que compõe a Guerra Santa do Contestado, que este livro nos convida a decifrar.

Vale, por fim, ressaltar que a polifonia de abordagens ressoa dos capítulos que compõem as partes do livro, como um exercício de história pública. Um texto voltado para o grande público, não exclusivamente acadêmico, que provoca afetos e nos aproxima das vivências e dores de gente comum. Além de nos convidar a entrar nos meandros da narrativa, a atravessar os tempos da imaginação e se confrontar com um acontecimento central para a nossa história de desigualdades e violências.

Boa leitura!

Apresentação: A aventura e a tragédia do Contestado Paulo Pinheiro Machado

A Guerra do Contestado foi um conflito social ocorrido em parte de territórios disputados (daí Contestado) dos estados do Paraná e de Santa Catarina entre 1912 e 1916. Não foi exatamente um "levante" ou uma "revolução" promovida pelos sertanejos moradores do planalto meridional. Foi muito mais um movimento social que cresceu e desenvolveu-se defensivamente, pelo menos até meados de 1914, quando os sertanejos decidiram atacar as forças oficiais. Estamos então tratando de um conflito diversificado, com muitos anos de duração, diferentes fases e contextos, ocorrido num amplo território de mais de 80 mil km².

Por muitos anos os sertanejos do Contestado foram tachados de "fanáticos", "aberrantes", "ignorantes" e "matutos". É interminável a quantidade de adjetivos empregados para desqualificar estas mulheres e homens que ousaram enfrentar as forças republicanas, associadas aos fazendeiros do planalto meridional brasileiro (que vai do norte do Rio Grande do Sul à região sul de São Paulo, passando pelas regiões oeste de Santa Catarina e Paraná) e empresários norte-americanos. A ideia predominante durante muito tempo na memória pública – reforçada pela historiografia, embasada em crônicas militares e escritos de jornalistas da época – é de que o movimento sertanejo era uma irrupção do "atraso" contra o "progresso". Nada mais equivocado.

Anima esta tese a ideia de que o caboclo habitante local era "avesso ao progresso". É importante considerar, antes, o que a população pobre do planalto recebeu como "progresso": expropriação de posseiros, ervateiros e sitiantes em favor de uma companhia estrangeira, responsável pela construção de uma estrada de ferro; introdução de imigrantes europeus para assentar nas terras agora valorizadas ao

longo da estrada; profundas modificações do meio ambiente, com a extração maciça da araucária e a derrubada de ervais; ou seja, um grande impacto econômico, social e ambiental se abateu sobre esta região. Nada muito diferente de outros projetos de "modernização", frequentemente excludentes e violentos, implementados por governos do Brasil e de países latino-americanos naquele período.

A ação proclamada como modernizadora pelo Estado era lastreada pelo poder local de grandes fazendeiros, que ostentavam títulos de oficiais da Guarda Nacional, mas que se notabilizaram no planalto na ação de grilagem das terras públicas, emprego de pistoleiros contra lavradores posseiros, apossamento de territórios indígenas e privatização de ervais nativos. A elite dirigente do país não conseguia imaginar progresso que não resultasse num processo de europeização. Estavam em voga doutrinas racistas e discursos eugênicos que desqualificavam os trabalhadores nacionais, principalmente os de origem africana, indígena ou mestiça.

Este livro tem como objetivo explicar a Guerra, suas origens, desdobramentos e repercussões. Todavia, de forma diferente a outras publicações, é dirigida ao público em linguagem simples e direta, sem perder em profundidade de informações e análises, procurando fazer uma exposição atualizada do ponto de vista da pesquisa histórica mais especializada. Desta forma, o leitor não verá nesta obra nenhuma caracterização de "fanáticos", "bandidos" ou "jagunços" sendo empregada para denominar a população sertaneja que, a seu modo, entendeu que viver dentro das Cidades Santas seria uma forma para defender seus interesses e seus sonhos.

O que o leitor poderá identificar neste livro é o esforço dos(as) autores(as) em entender a guerra a partir do ponto de vista dos(as) sertanejos(as) e suas comunidades, chamadas Cidades Santas ou redutos. Sem desprezar a contribuição dada pelas fontes oficiais, os relatos aqui presentes procuram entender o movimento social do Contestado a partir de seus próprios termos, procurando centrar as narrativas a partir das demandas, da visão de mundo e dos projetos da população sertaneja do planalto meridional brasileiro. Desta forma, procuraremos uma narrativa direta na qual serão apresentados – em forma de mini capítulos – diferentes personagens, episódios e momentos do conflito. A estrutura do livro foi focada nesta ideia. As unidades do livro que agrupam os diferentes capítulos são organizadas em relação à vida nas Cidades Santas, desde suas origens até o pós-

Guerra. Assim, foi planejada a primeira unidade "Caminhos, palavras e conflitos" explicando as origens do profetismo popular do Contestado e os primeiros conflitos agrários e políticos desta região. A segunda unidade "Desordem em Progresso" trata do estudo das forças externas. como a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, as disputas interestaduais e a ação do exército no território. A terceira unidade "Fé, esperança e luta" estuda por dentro das Cidades Santas, seus projetos, personagens e práticas sociais e culturais. Na quarta unidade, "As chamas e as cinzas", são reunidos os capítulos sobre os episódios finais do conflito e de movimentos remanescentes, ocorridos nos anos seguintes, dentro do espectro cultural do profetismo popular de João Maria. Na quinta unidade, "Cidades Santas: memórias, usos e apropriações" são reunidos vários estudos sobre a construção de memórias públicas sobre o movimento do Contestado, como Museus, o Contestado na literatura e as diferentes apropriações políticas do movimento. Por fim, na sexta unidade, "Vivências do Contestado" são reunidos depoimentos de pesquisadores e animadores culturais que dedicaram boa parte de suas vidas ao estudo e à divulgação do movimento do Contestado. O leitor terá ainda acesso a uma cronologia detalhada da Guerra do Contestado, bem como uma bibliografia especializada para quem deseja se aprofundar.

De onde vem o conflito

A região onde aconteceu o conflito era um antigo território disputado, daí o nome Contestado. No plano internacional, ocorreu a disputa entre Brasil e Argentina sobre os Campos de Palmas, porção de mais de 30 mil km² localizada entre os rios Uruguai e Iguaçu. Os argentinos, herdeiros dos antigos litígios que os espanhóis tinham com os portugueses, se fiavam em documentos coloniais para anexar esse território à sua Província de Misiones. O consenso era a adesão aos parâmetros das divisas definidas pelo Tratado de Madrid, de 1750, mas divergências na denominação dos rios fronteiriços levaram esses conflitos até o final do século XIX. Em 1895, através da arbitragem do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, o Brasil venceu esta questão.

Internamente, permanecia a disputa dos Campos de Palmas entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Os catarinenses se baseavam em documentos judiciários e militares do período colonial, que definiam como divisa ao norte de sua Capitania os leitos dos rios Negro e Iguaçu. Já os paranaenses, recém-emancipados (em 1853) da Província de São Paulo, argumentavam pela ocupação efetiva do território, o princípio do *uti possidetis*, já que foram os paulistas que estabeleceram as primeiras fazendas e os primeiros núcleos urbanos.

O planalto meridional possuía uma formação florestal mista, com a mata atlântica intercalada a grandes conjuntos de araucária e ervais (de árvores de *Ilex paraguariensis*, que produzem a folha transformada em erva-mate) com alguns campos nativos, chamados de "campos de cima de serra", regiões que logo foram apropriadas pelos grandes pecuaristas, tropeiros paulistas e rio-grandenses. Nas matas e faxinais vivia uma população nacional, os chamados caboclos, muitos indígenas destribalizados, descendentes de africanos e população mestiça, que compunham a principal camada de trabalhadores pobres da região, além dos territórios inteiramente indígenas, de grupos Guarani, Kaingang e Xokleng-Laklanô. No planalto meridional a denominação "caboclo" está fortemente associada às populações nacionais, mas mesmo entre os imigrantes europeus há aqueles que se "acaboclaram", adotando os modos de vida e o universo cultural das populações nacionais.

No início da República, o governo Catarinense ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) e, em 1904, conseguiu uma sentença favorável aos limites pleiteados junto ao Estado do Paraná. Os paranaenses entraram com recursos e embargos, mas nos anos de 1909 e 1910 Santa Catarina teve sua sentença favorável confirmada pelo STF. Apesar da vitória na Justiça, o governo paranaense não se submeteu ao resultado, arguindo a inconstitucionalidade da decisão e colocando todo o peso político do estado para evitar a execução da sentença. Permanecia o impasse quanto à jurisdição sobre o território Contestado. Esta questão político-institucional não resolvida era fonte constante de instabilidade, pois dentro da região em disputa as populações sofriam crises políticas e de registro civil e fundiário, interferindo na vida cotidiana de milhares de famílias.

A tradição de São João Maria

Desde meados do século XIX o planalto meridional brasileiro era trilhado por determinados indivíduos que foram denominados como "andarilhos", "monges" e "profetas" pela população sertaneja. O mais notório deles foi o monge João Maria, um religioso leigo, que abençoava e sinalizava determinadas fontes de águas com cruz de madeira, que logo passaram a ser denominadas pela população como "águas santas" ou "águas do monge". O culto a João Maria passou a fazer parte do cotidiano de diferentes camadas da população planaltina, o que implicava seguir determinados padrões de comportamento, atitudes de defesa da natureza, das fontes de águas, restrições às queimadas e noções anticapitalistas próprias de um catolicismo popular.

Segundo a tradição popular, João Maria profetizava sobre o futuro, criticava os novos tempos e divulgava um discurso apocalíptico que era muito bem recebido pela população pobre do planalto meridional. Vários indivíduos assumiram a identidade de João Maria, tendo relatos de homens com diferentes descrições físicas assumindo este papel. Para a tradição cabocla, só existiu um João Maria, normalmente chamado de São João Maria, que ainda vive, tendo mais de 200 anos, vivendo "encantado" no morro do Taió, nas nascentes do rio Itajaí, em Santa Catarina. A influência do monge atingia (e ainda é presente) todo o antigo caminho das tropas de muares e cavalares, uma extensa região que ia do Rio Grande do Sul até Sorocaba, em São Paulo.

Este planalto já tinha sido devastado anos antes, entre 1893 e 1895, na guerra entre federalistas e republicanos, conflito que envolveu lutas fratricidas e recrutamento militar forçado pelos dois bandos. Os republicanos representavam uma nova elite política, associada ao governo de Floriano Peixoto, e deslocaram do poder local os antigos liberais do Império, que passaram a se denominar federalistas. Não havia uma distinção nítida entre os projetos políticos em jogo, mas os federalistas eram defensores do parlamentarismo e possuíam alguns seguidores da Monarquia dentro de suas hostes, associaram-se à Revolta da Armada, para dar combate a Floriano e aos governos republicanos dos três estados sulistas. Os federalistas foram derrotados, depois de vários revezes sofridos pelas forças republicanas, mas esta verdadeira guerra civil deixou profundas marcas nos estados sulinos.

Em torno da tradição do monge João Maria algumas concentrações camponesas, que foram objeto de ação policial e militar, antes mesmo da Guerra do Contestado, ajudaram a "amalgamar" a tradição cultural do monge com a tradição política do federalismo. Esta fusão foi evidente nos movimentos do Canudinho de Lages (1897) e o conflito dos monges do Pinheirinho (1902), no interior do Rio Grande do Sul.

O impacto da Brazil Railway Company no território

No início do período Republicano o governo federal retomou um antigo plano de ligação ferroviária entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, passando pelos territórios do planalto meridional. A concessão desta obra foi posteriormente adquirida pela Brazil Railway Company (BRC), grupo de Percival Farquhar, um conhecido investidor norteamericano. Em 1910, a linha norte-sul foi concluída, unindo Porto União da Vitória (PR) a Marcelino Ramos (RS) com mais de 300 km de linha férrea. A empresa estrangeira recebeu do governo federal até 15 km de cada lado da estrada de ferro como doação de terras devolutas para colonização europeia, que resultou também em exploração madeireira. No entanto, dentro desta longa faixa de terra viviam muitos posseiros caboclos, indígenas e ervateiros que habitualmente trabalhavam nestas áreas públicas. Foram expulsos de suas terras por um Regimento de Segurança da empresa. Entre 1911 e 1913, um ramal no sentido oeste-leste foi construído entre Porto União da Vitória e Rio Negro, o que resultou em igual impacto social no vale médio do rio Iguaçu. Para explorar estes territórios a BRC criou uma firma subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que era responsável pela exploração das madeiras (principalmente de araucária) e pela colonização das terras com o parcelamento dos lotes e sua venda a imigrantes europeus. A população nacional estava vivendo o impacto da modernização local, que significou sua expulsão dos locais tradicionais de moradia e trabalho e a desestruturação de seus modos de vida.

Entre Santa Catarina e Paraná, as disputas de jurisdição ocorriam sobre o território a oeste do vale do rio do Peixe, chamado de Campos de Palmas e sobre mais duas "saliências" paranaenses dentro do planalto catarinense: a saliência de Timbó e dos Campos de São João e a saliência de Três Barras-Rio Negro-Itaiópolis-Papanduva, todos territórios ocupados por autoridades paranaenses, mas que, desde a sentença no STF em 1904, deveriam pertencer ao Estado de Santa Catarina.

José Maria em Taquaruçu e no Irani

Durante o ano de 1912, na tradicional Festa de Bom Jesus, na localidade de Taquaruçu, houve uma concentração de parte da população da região, inclusive dos despojados pela BRC. Um dos convidados à

festa foi o curandeiro José Maria, o que só ampliou a popularidade do evento. O curandeiro tinha ficado famoso no primeiro semestre de 1912, por curar a esposa do fazendeiro Francisco de Almeida, do município de Campos Novos, que sofria de frequentes convulsões. Ao chegar na comunidade de Taquaruçu, no vizinho município de Curitibanos, José Maria passou a ser alvo da desconfiança do chefe político local, coronel Albuquerque, que temia que a concentração de sertanejos pobres fosse utilizada por seu inimigo político, o coronel Henriquinho de Almeida (primo do fazendeiro de Campos Novos que teve a esposa curada por José Maria).

Albuquerque pediu ao governador Vidal Ramos a ação do Regimento de Segurança do Estado de Santa Catarina para atacar a concentração de José Maria, que passou a ser denominado de "ajuntamento de fanáticos e monarquistas". O curandeiro, querendo evitar o conflito, dispersou seu povoado e rumou com um pequeno grupo a oeste. José Maria e algumas dezenas de seguidores atravessaram o rio do Peixe, ingressando na região contestada sob administração paranaense, dirigindo-se para a localidade de Irani, com a intenção de se livrar da perseguição do chefe político de Curitibanos.

O combate do Irani

Com a notícia do deslocamento de José Maria e seu grupo ao território contestado, a imprensa de Curitiba passou a construir uma versão conspirativa. Temendo que a presença dos sertanejos que acompanhavam José Maria pudesse criar tumultos que justificariam o emprego da tropa Federal, o que poderia viabilizar o cumprimento da sentença do STF em favor de Santa Catarina, o governo paranaense enviou uma força de seu Regimento de Segurança, chefiada pelo coronel João Gualberto Gomes de Sá, com mais de 150 soldados, para atacar o povoado de Irani. A força paranaense, além de numerosa, era bem armada e tinha como missão agir com energia e rapidez.

Em 22 de outubro de 1912 travou-se o combate do Irani, no qual a força paranaense foi destroçada, mas o líder sertanejo, José Maria, também tombou neste entrevero. Com o tempo, os sertanejos passaram por um processo de reelaboração mística e começaram a santificar a memória de José Maria, quase transformando-o em alguém com as mesmas capacidades do monge andarilho João Maria.

Aqui há uma peculiaridade do movimento do Contestado. A principal liderança carismática morreu no primeiro combate. A espera pela "volta" de José Maria junto ao "Exército Encantado de São Sebastião" conferiu uma expressão milenar e messiânica ao movimento do Contestado, principalmente para os povoados, chamados de "Cidades Santas" que passaram a se formar a partir de dezembro de 1913. Para estas localidades rumaram os sertanejos expulsos de suas terras, os opositores políticos dos Coronéis que dominavam os municípios do planalto, além dos veteranos da guerra Federalista.

A Cidade Santa de Taquaruçu

No final de 1913 se forma uma segunda concentração em Taquaruçu. Teodora, uma menina de 11 anos, passa a relatar que José Maria falava com ela através de sonhos, ordenando a seus seguidores que se reunissem em Taquaruçu. Esta segunda Taquaruçu construiu uma povoação com algo de novo. Não era mais o agrupamento em torno de um curandeiro ou de uma festa. O segundo Taquaruçu deveria ser uma Cidade Santa, uma espécie de Nova Jerusalém, uma terra da justiça, da consciência e do bem-estar.

A Cidade Santa de Taquarucu recebeu moradores de diferentes regiões do planalto, abandonando seus sítios de origem e adotando um regime de trabalho comunitário, onde "quem tem, mói, quem não tem, também mói e no final todos ficam iguais" (moer é uma referência à atividade de moenda do milho em pilão, para fazer o beiju, alimento popular na região). A população não era ainda muito grande, se estima que viviam 400 pessoas em Taquaruçu ao final de 1913. Viveriam como iguais os possuidores de alguns bens e os que não possuíam nada. As relações comunitárias eram cimentadas pela tradição do monge João Maria e pela revivescência de suas prédicas, algo que conhecemos com a expressão "Santa Religião", uma religião popular e considerada mais verdadeira, diferente da religião dos padres e dos fazendeiros. As Cidades Santas, não apenas a de Taquaruçu, mas as seguintes, tinham uma disposição urbanística própria, com uma praça central, o "Quadro Santo" para grandes reuniões, as formas, onde a população inteira se perfilava para ouvir os comandantes, praticar rezas e dividir as tarefas comunitárias de defesa e subsistência. Em torno da praça central existiam grandes cruzeiros nos vértices e uma igreja em frente, sendo muito semelhante ao modelo das reduções jesuíticas do século XVIII. O regime vigente em Taquaruçu era a Monarquia Celeste, cujo

rei, José Maria, havia "se passado" para o lado do "Exército Encantado de São Sebastião". Desta maneira, não se tratava de um monarquismo político-institucional, não defendiam o retorno dos Bragança ao trono no Brasil, era uma espécie de Monarquia sem rei, que abria o caminho à ascensão de diversas lideranças populares.

A primeira liderança da "cidade Santa", a menina Teodora, era considerada como "Virgem Vidente", e relatava a um conselho de anciãos seus sonhos com José Maria. Durante todo o movimento do Contestado, várias mulheres ocuparam o lugar de "Virgens", que equivalia a um cargo de liderança política e religiosa dentro dos redutos. Em poucas semanas a liderança de Teodora foi substituída pelo seu tio Manoel e, depois por seu irmão Joaquim, de dez anos, considerados "Meninos--Deuses". Os habitantes do reduto se autodenominavam pelados, já que muitos tinham sofrido intimidação do chefe político de Curitibanos, coronel Albuquerque, e tiveram suas cabeças raspadas pelo Chefe de Polícia. Ao longo do tempo, os moradores homens das Cidades Santas adotaram o corte rente do cabelo como fator visual distintivo. Os representantes do governo, da polícia, do exército e dos grandes fazendeiros passaram a ser chamados de peludos. As primeiras Cidades Santas eram integradas por número reduzido de seguidores de José Maria e se organizavam para ser comunidades autônomas, distantes das cidades, como uma opção de vida de seus seguidores, procurando manter uma convivência pacífica com as populações circundantes.

Durante o período de chefia de Manoel, do segundo Taquaruçu, se formou uma unidade de elite dos sertanejos, um grupo de combate conhecido como os Pares de França ou Pares de São Sebastião. Consta que no Irani, no ano anterior, José Maria já tinha organizado uma unidade especial. Era um grupo seleto de sertanejos, hábeis na luta com arma branca e, ao mesmo tempo, conhecedores da "Santa Religião" e dos ensinamentos do monge João Maria. A denominação deste grupo, que variou muito seu efetivo, chegando a ser formado por mais de cem integrantes em 1915, se deu por uma especial apropriação da leitura do antigo livro de cavalaria medieval, "A História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França", em que determinados valores de honra, lealdade entre combatentes e luta contra "infiéis" foram absorvidos pela população do planalto e adaptados à nova luta que se iniciava.

Um primeiro ataque oficial à Taquaruçu aconteceu em final de dezembro de 1913. Duzentos soldados do exército somados a um contingente do Regimento de Segurança de Santa Catarina tentaram investir sobre o reduto caboclo. Os sertanejos resistiram numa

trincheira na entrada de Taquaruçu e as forças legais dispersaram. Como desconfiavam de um novo ataque, em janeiro de 1914 os redutários passaram a construir uma nova Cidade Santa, em Caraguatá, 30 km ao norte de Taquaruçu, para onde os homens foram deslocados, no trabalho de edificação da nova comunidade.

A matança de Taquaruçu

O segundo ataque à Taquaruçu aconteceu em 08 de fevereiro de 1914. Uma força de mais de 700 soldados do exército e da polícia de Santa Catarina cercou o reduto e, durante um dia e uma noite bombardeou o povoado com tiros de morteiro e rajadas de metralhadoras. Nem houve chance da população local se defender. Segundo o Dr. Cerqueira, médico do Exército que acompanhou a ação, a visão do reduto no dia seguinte era aterradora. Um amontoado de pedaços de corpos de mulheres, crianças e velhos (já que a maioria dos homens tinha se dirigido a Caraguatá para construir uma nova Cidade Santa) jaziam ao chão misturados aos pedaços de corpos de animais domésticos. O ataque foi sentido pelos habitantes do planalto como um gesto de covardia que só aumentou a revolta da população circundante e o apoio aos seguidores de José Maria.

Quem assumiu o novo reduto de Caraguatá foi Maria Rosa. Ela foi reconhecida como líder pela nova comunidade, formada pelos construtores deslocados de Taquaruçu e os mais novos aderentes na região norte do município de Curitibanos. Maria Rosa recebeu o título de "Virgem" comandante. Era uma jovem de 14 anos, que dispensava a intermediação dos velhos, tinha o comando direto sobre o reduto, substancialmente maior que Taquaruçu, que chegou a pouco mais de dois mil habitantes. Maria Rosa disse à população de Caraguatá que estavam enfrentando uma Guerra Santa, e que todos tinham que se armar contra os *peludos*, como eram chamados os representantes do governo e dos Coronéis da Guarda Nacional.

A vitória sertaneja em Caraguatá

No dia 09 de março de 1914, um efetivo de 900 soldados do exército, da polícia de Santa Catarina e de uma tropa de "vaqueanos civis" (capangas de grandes fazendeiros da região) investiu para destruir o reduto de

Caraguatá. Os sertanejos usaram táticas de guerrilha, envolvendo várias unidades do exército em pequenos ataques pontuais, valendo-se de franco atiradores nas copas altas das árvores e encurralando algumas unidades militares em espinheiros, locais de difícil fuga, sendo atacados em luta corporal, por arma branca, pelos Pares de França. Uma unidade cabocla atacou a retaguarda do exército colocando em fuga vários batalhões e atingindo o hospital de sangue. Os militares debandaram do local e seguiram em pequenos grupos até o vale do rio do Peixe, onde se abrigaram nas estações da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A vitória sertaneja repercutiu em todo o planalto, o que fez novos aderentes, entre pobres, sitiantes expulsos de suas terras e veteranos da guerra federalista, se dirigirem ao comando de Maria Rosa.

No mês de abril de 1914 o reduto de Caraguatá foi abandonado pelos pelados, pois uma epidemia de tifo estava atacando a população residente. Formaram um novo reduto, na região de Caçador Grande, depois deslocado novamente para o reduto de Bom Sossego. Aqui a chefia de Maria Rosa declinou e passou a assumir o comando o jovem tropeiro Francisco Alonso de Souza, também chamado de Chiquinho Alonso. Bom Sossego era uma Cidade Santa com uma população que ultrapassava os quatro mil habitantes, sendo defendida por um conjunto numeroso de "guardas", espécies de mini redutos, com 50 a 100 habitantes, que guarneciam determinados caminhos e tocavam lavouras para sua subsistência e para o abastecimento do reduto-mor.

Em abril e maio de 1914 o exército chamou unidades novas, provenientes do Rio Grande do Sul, sob comando do general Mesquita que, depois de dar combate à guarda de Santo Antônio, não chegando ao reduto-mor, resolveu recolher sua tropa e voltar ao sul. Mesquita se queixou da falta de orçamento, do pagamento obrigatório que tinha que fazer aos vaqueanos civis e das causas do conflito, que atribuía à exploração de fazendeiros e comerciantes sobre os pobres caboclos, afirmando que a pacificação do Contestado deveria ser responsabilidade dos governos estaduais e das polícias.

A expansão rebelde

Com a retirada das tropas sob o comando do general Mesquita, os sertanejos passaram a multiplicar o número de redutos e Cidades Santas, e a expandir territorialmente sua influência. Taquaruçu foi reconstruída. A ofensiva rebelde generalizada começou em julho de

1914. Sob a chefia de Chiquinho Alonso, os redutários passaram a atrair a população circundante, fazendo "convites" para ingressar nos redutos (convites que eram compulsórios), a atacar várias estações da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a serraria da *Lumber* de Calmon, e a tomar as Vilas de Itaiópolis, Papanduva, Colônia Vieira e Curitibanos.

Mais ao norte do planalto catarinense e nos bolsões de território Contestado do Timbó e de Rio Negro e Três Barras, o movimento rebelde cresce com a adesão de várias lideranças locais, como o capitão Aleixo Gonçalves de Lima (antigo federalista), o professor Antônio Tavares (ex-Promotor Público da Vila de Canoinhas) e de Bonifácio Papudo (Bonifácio Alves dos Santos, ex-subdelegado em Canoinhas). Com eles seguem mais de dois mil homens armados e grandes contingentes de famílias de sertanejos que, além de construir Cidades Santas, também pugnavam pelo "cumprimento da sentença de limites", já que muitos agricultores pobres desta região eram expulsos de seus sítios não apenas pela estrada de ferro (no ramal norte, entre Porto União da Vitória e Rio Negro), mas também por Coronéis da Guarda Nacional, grandes fazendeiros ligados à política do Paraná. Os Coronéis Artur de Paula, Leocádio Pacheco, Bley Neto, Fabrício Vieira, Amazonas Marcondes e Juca Pimpão eram poderosos chefes políticos em Rio Negro, Timbó, União da Vitória e Palmas que se utilizavam da disputa de jurisdição territorial para avançar sobre território Contestado e se apropriar de terrenos habitados por posseiros caboclos e ervateiros. Estes mesmos Coronéis forneciam grande contingente de vaqueanos civis para lutar junto com o Exército na repressão aos pelados.

No centro e no sul do planalto catarinense, os sertanejos tomaram a vila de Curitibanos e seguiram para Lages, cidade de origem do governador Vidal Ramos e sua oligarquia. A tomada de Curitibanos foi um dos eventos mais pacíficos da Guerra. Os sertanejos avisaram que atacariam a Vila. Os homens abandonaram a localidade e deixaram suas esposas e filhos no local. Os sertanejos incendiaram, por uma semana, os prédios públicos, destruíram os documentos do Cartório e queimaram as propriedades do coronel Albuquerque. Nenhuma pessoa da cidade foi agredida. Isto fica confirmado no processo do incêndio de Curitibanos.

Toda metade oeste e central do grande município de Lages ficou em mãos dos rebeldes, que receberam o reforço de antigos federalistas locais, como o "Castelhano", Agustin Perez Saraiva, veterano da guerra de 1893 que declarava ser filho de Gumercindo Saraiva. Um reduto foi organizado em São José do Cerrito, na Campina dos Buenos, chefiado

por uma mulher, Maria Sete Pelos, esposa do Par de França Joaquim Vacariano. O assédio rebelde à Lages foi interrompido em novembro de 1914, quando morreu no combate de Rio das Antas o chefe rebelde Chiquinho Alonso colocando fim à ofensiva cabocla.

A missão do general Setembrino de Carvalho

Como resultado da expansão rebelde generalizada, em setembro de 1914 os executivos da *Lumber* pedem uma nova e mais forte intervenção das forças federais, pois o crescimento da atividade do "movimento fanático" colocava em risco "os negócios e o respeito à propriedade". Depois do ataque rebelde às estações de Calmon e São João dos Pobres, ação que resultou na morte do capitão Matos Costa, além de outros soldados do 11 Batalhão de Infantaria do exército. Os governos de Santa Catarina e Paraná pediram, em conjunto, uma intervenção federal na região. A solução dada pelo Governo Federal foi nomear o general Fernando Setembrino de Carvalho como comandante da XI Região Militar (que englobava os Estados de Santa Catarina e Paraná) para apenas se dedicar às ações militares de repressão.

Ao longo dos meses de outubro e novembro de 1914, o general Setembrino mobilizou seis mil soldados do exército brasileiro, uniu à mais de dois mil vaqueanos civis e passou a organizar estas forças em quatro colunas que teriam como finalidade estancar a expansão e iniciar o cerco aos redutos sertanejos. Uma coluna foi destinada ao norte, sob comando do tenente-coronel Onofre, para defender dos ataques a Vila de Canoinhas (que estava sob fogo rebelde desde o mês de julho) e Três Barras (onde estava a maior serraria da Lumber), além de guarnecer a linha de ferro entre Porto União da Vitória e Rio Negro e evitar que os rebeldes atravessassem o rio Iguaçu. Outra coluna foi destinada a oeste, chefiada pelo tenente-coronel Sócrates, tinha como finalidade vigiar a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ao longo do vale do rio do Peixe, e evitar que os rebeldes ultrapassassem este rio a oeste, juntando-se a seus potenciais aliados na região de Irani e em todos os Campos de Palmas. A leste, outra coluna chefiada pelo Tenente Coronel Taurino foi organizada para estancar a ofensiva rebelde nas nascentes do rio Itajaí. Ao Sul, a maior coluna, sob a chefia do tenente-coronel Estillac Leal, com mais de dois mil homens, seria a principal coluna de ataque, a partir de Curitibanos, para destruir os redutos sertanejos.

Nos meses seguintes, as colunas foram fechando o cerco sobre os rebeldes, diminuindo seu espaço disponível e reprimindo fortemente todo o comércio local, suspeito de abastecer os redutos de armas, munições e alimentos. Vários comerciantes foram presos. Em novembro de 1914, como parte desta operação de cerco, 17 pequenos comerciantes e agricultores do vale do Iguaçu foram degolados pelo grupo de vaqueanos a serviço das forças oficiais, chefiados por Salvadorzinho Dente de Ouro. O massacre do Iguaçu criou vários problemas diplomáticos, pois muitos dos executados eram imigrantes de nacionalidades europeias.

A ascensão de Adeodato

Durante o mês de novembro de 1914, o movimento rebelde passou por uma profunda reorganização. Após a morte de Chiquinho Alonso no combate do Rio das Antas, a chefia foi assumida por um Par de Franca, Adeodato Manoel Ramos que, diferentemente de Alonso, que mantinha uma certa posição de coordenação confederativa sobre os redutos, passou a exercer um comando centralizado do grupo rebelde. Adeodato logo ordenou para que todos os redutos, guardas e piquetes rumassem ao vale do rio Santa Maria, no centro do território dominado pelos rebeldes. A ideia era construir ali uma Cidade Santa inexpugnável, já que as bocas norte e sul do vale eram desfiladeiros de difícil acesso. Por vários meses a Coluna Sul tentou furar este bloqueio. sem sucesso. Somente na Páscoa de 1915, em 02 de abril, uma unidade bem armada da Coluna Norte conseguiu entrar e destruir o grande reduto de Santa Maria. Pelas informações prestadas pelo capitão Tertuliano Potiguara, responsável pela destruição de Santa Maria, os militares encontraram no vale uma conurbação de redutos que, ao longo de sete quilômetros, contaram 5,5 mil casas e dezenas de Igrejas, todas incendiadas e destruídas com a entrada da tropa militar. Calculase que em Santa Maria viveram mais de 25 mil sertanejos.

O açougue

As condições de subsistência eram cada vez mais difíceis. A redução do espaço territorial e o aumento do cerco fez crescer, dentro dos redutos, a fome e as doenças. Há relatos dramáticos sobre a escassez de alimentos e a alta mortalidade provocada pelo cerco prolongado. Após

a destruição de Santa Maria, em maio de 1915 o general Setembrino de Carvalho deu como encerrada a sua missão. No entanto, ele já tinha a informação da formação de três redutos remanescentes, São Pedro, Pedra Branca e São Miguel. Estes redutos foram destruídos até o final de 1915, com a ação cada vez mais violenta de vaqueanos civis, que ficaram com as armas deixadas pelo exército.

Uma força do 54° Batalhão de Caçadores, chefiado pelo capitão Vieira da Rosa e outra força do Regimento de Segurança do Estado, chefiada pelo capitão Euclides de Castro, reforçadas por vaqueanos, promoveram uma série de razias e execuções, inclusive sobre sertanejos rendidos, sendo o segundo semestre de 1915 conhecido como fase do "açougue", tal a crueldade das operações. Os últimos sertanejos renderam-se em massa na virada de 1915 para 1916, quando apresentaram-se quatro mil em Canoinhas e seis mil em Curitibanos. Grupos esparsos continuaram a ser implacavelmente reprimidos e caçados nos meses seguintes. Muitos redutários que se apresentaram para vaqueanos e forças oficiais foram degolados, outros fuzilados. Alguns sertanejos tentaram reatar antigos laços de subordinação com grandes proprietários, submetendo-se a um processo de rendição em que se repactuavam relações de patronagem, o que muito contribuiu para a cristalização de uma memória de derrota e para a demonização do movimento caboclo, mesmo por parte de descendentes de sobreviventes. Não há estimativas precisas quanto ao número de mortos no conflito. Considerando os mortos em combate, somados aos que pereceram em função de fome e doenças, o total certamente ultrapassa as dez mil mortes, representando um significativo impacto demográfico no território.

O final

No mês de setembro de 1916, após o fim da guerra e a prisão de Adeodato, os estados de Santa Catarina e Paraná assinaram um acordo de limites sob o patrocínio do presidente Wenceslau Brás. As saliências de Timbó e de Itaiópolis e Papanduva ficariam com Santa Catarina e os Campos de Palmas foram divididos, quase ao meio, pelos dois estados. Na cláusula nove do Acordo ficavam assegurados os interesses dos Coronéis paranaenses. Havendo dúvidas quanto à titularidade de um imóvel, mesmo sendo em território agora atribuído à Santa Catarina, valeria o registro em cartório paranaense.

No ano de 1918, vários rebeldes foram anistiados pelo Decreto n.

3492, da Presidência da República. No entanto, Adeodato Ramos, o último chefe rebelde, continuou ilegalmente preso, até ser morto, em 1923, pelo Diretor do Presídio de Florianópolis.

A pacificação da região não pôs fim ao culto a João Maria nem à retomada de reunião pelos sertanejos. Nos anos seguintes as polícias dos estados sulistas foram chamadas para reprimir novas reuniões de caboclos em Mafra, Santa Catarina (1921), Pitanga, Paraná (1922), Concórdia, Santa Catarina (1924-25), Soledade, Rio Grande do Sul (1935-38) e Timbó Grande, Santa Catarina (1942). A tradição de São João Maria ainda é muito forte em várias comunidades do Sul do Brasil, desde povoações caboclas, indígenas, quilombolas e, ainda, de descendentes de imigrantes que, com o tempo, também "acaboclaram-se". Na atualidade esta região apresenta os municípios com os piores índices sociais do sul do Brasil. Formou-se uma espécie de mosaico com o enxerto de comunidades de origem europeia, que receberam terras, vias públicas, escolas, em meio ao mundo da pobreza cabocla, com acesso precário às terras, trabalho informal, pobreza, altos índices de mortalidade infantil e de analfabetismo.

Ao longo desta obra procuramos focar com mais detalhes nos episódios e nos personagens do Contestado, para que o leitor tenha uma compreensão mais abrangente do movimento social sertanejo e da própria guerra. No entanto, advertimos que não se trata de um livro completo ou obra que tenha como finalidade esgotar o assunto. A pesquisa histórica tem demonstrado que a cada geração, além do acesso às novas fontes colocadas à disposição, temos novas abordagens e novas perguntas, que tornam este processo de conhecimento interminável.

O Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC)

Esta obra é organizada pelo Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado. Trata-se de um grupo cadastrado nos Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq, que reúne pesquisadores de oito diferentes Instituições de Ensino Superior do Sul do Brasil, e que promove eventos, pesquisas e publicações sobre a história da Guerra do Contestado, a tradição de João Maria e a vida e a cultura das populações do planalto meridional brasileiro.

Cronologia do Contestado

SÉCULO XVII

Várias Bandeiras provenientes de São Paulo atacam povoados indígenas no planalto meridional, escravizando grande número de habitantes com a destruição das Missões de Guairá (PR) e Tape (RS), planalto sofre significativo despovoamento.

1732

Abertura do caminho das tropas, entre Rio Grande do Sul e São Paulo, passando pelos territórios que atualmente pertencem à Santa Catarina e ao Paraná.

1738

Criação da Capitania de Santa Catarina e o início da disputa de jurisdição sobre o território do Contestado com a Capitania de São Paulo.

1771

Fundação da Vila de Lages por iniciativa do governo da Capitania de São Paulo.

1810

Real Expedição funda o Forte de Atalaia, em Guarapuava, e começa o aldeamento de indígenas Kaingangues no planalto.

1820

Alvará do rei João VI passa o município de Lages da jurisdição de São Paulo para a Província de Santa Catarina.

1829

Criada a Colônia alemã de Rio Negro, em ambas as margens do rio.

1839

Fazendeiros de Guarapuava e de União da Vitória realizam expedição aos Campos de Palmas e fundam a Vila de Bom Jesus de Palmas. Fica aberta nova trilha para caminho das tropas, denominada de "Caminho das Missões", proveniente da região missioneira do Rio Grande do Sul, travessia do rio Uruguai pelo passo do Goio-En, trânsito por Palmas, Guarapuava, Lapa até Sorocaba, Província de São Paulo.

1840

Os rebeldes Farroupilhas tomam Lages e rumam ao norte, mas são detidos pelas tropas Imperiais provenientes da Província de São Paulo, em Curitibanos, no combate do Capão da Mortandade.

1844-1853

Monge João Maria de Agostini perambula pelo sul do Brasil e região platina. O andarilho piemontês deixou registros em Sorocaba, Lapa, Rio Pardo, Porto Alegre, Desterro, Santa Maria e São Borja.

1848-1849

Concentração de fiéis em torno de João Maria e de "águas santas" na localidade do Campestre, município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, termina em dispersão do povo, prisão do monge e sua condução para Santa Catarina.

1853

Criação da Província do Paraná (quinta comarca emancipada de São Paulo) e intensificação das disputas de limites com Santa Catarina.

1879

Através de um Aviso Ministerial, o governo Imperial define uma divisa provisória entre Paraná e Santa Catarina, enquanto o assunto não é resolvido pelo poder legislativo. O rio do Peixe passa a ser considerado o limite oeste de Santa Catarina. Esta partilha vigorou até o Acordo de Limites de 1916.

1882

Instalação das Colônias Militares de Chapecó (atual município de Xanxerê) e Chopim, nos Campos de Palmas, chefiadas respectivamente pelos Capitães José Bernardino Borman e Santiago Dantas, com o objetivo de reforçar a presença do Estado em território disputado pela Argentina e trabalhar pela manutenção dos caminhos das tropas.

1888

João Teixeira Soares, a pedido do Governo Imperial, realiza os estudos para uma ferrovia que partiria de Itararé, em São Paulo, até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, percorrendo a região contestada.

1892

Frei Rogério Neuhaus, de Lages, encontra o monge João Maria em Capão Alto, interior do município.

1893-1895

Guerra Federalista assola o planalto meridional, sendo a região dominada pelos rebeldes federalistas (também chamados "maragatos") até a derrota da expedição chefiada por Gumercindo Saraiva.

1894

Médico Ângelo Dourado, participante da expedição de Gumercindo Saraiva, relata encontro com o monge João Maria nos Campos de Palmas.

1895

Divulgada a arbitragem internacional do presidente Cleveland, dando ganho de causa ao Brasil na chamada Questão de Palmas, com a Argentina, disputa territorial que se estendia desde o início do séc. XIX.

1896

Início da construção da porção norte da linha principal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

1897

Movimento do Canudinho de Lages, na região de Entre Rios, fundos do Distrito de Campo Belo, município de Lages (SC). Sertanejos pobres e antigos "maragatos" se reúnem para tratar doentes e praticar rezas em povoado animado com a presença de Dom Miguelito, considerado irmão do monge João Maria. Re-

pressão à concentração sertaneja através de ataque coordenado das polícias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, destruição do povoado em 29 de agosto.

1899

O estado de Santa Catarina, através de seu advogado Manoel da Silva Mafra, entra com Ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para reconhecer sua jurisdição sobre os Campos de Palmas e os territórios ao sul dos rios Iguaçu e Negro.

1902

Repressão ao movimento dos Monges do Pinheirinho, município de Encantado (RS). Pressionados por companhias de colonização no alto vale do Rio Taquari, imigrantes e polícia reúnem-se para combater a concentração de caboclos e ervateiros devotos do monge João Maria.

1902

Em disputa pela Superintendência Municipal da Vila de Curitibanos, o coronel Francisco de Albuquerque derrota o coronel Henrique de Almeida, em eleição só reconhecida após recurso à Assembleia Legislativa.

1904

Santa Catarina obtém a primeira sentença favorável ao domínio sobre a região contestada no STF. Paraná recorre da sentença.

1904

Conflitos entre paranaenses e catarinenses na região do rio Timbó (entre União da Vitória e Canoinhas); prisão e exílio do "maragato" Demétrio Ramos.

1906

Intervenção Federal na região do vale do rio Timbó, o "Contestado do Contestado", para dirimir disputas entre autoridades paranaenses e catarinenses.

1907

O grupo chefiado pelo empresário americano Percival Farquhar, através da empresa holding *Brazil Railway Company*, assume a concessão para a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

1908-1910

Sob a direção do engenheiro Achilles Sthengel a *Brazil Railway Company* constrói a linha sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, entre União da Vitória (PR) e Marcelino Ramos (RS).

1909

STF nega recurso do Paraná e mantém sentença em favor de Santa Catarina. Governo do Paraná entra com embargos à decisão.

1909

Ação de ataque e destruição de barreiras fiscais paranaenses por Aleixo Gonçalves de Lima na região contestada, entre Canoinhas e São Bento.

1910

STF indefere os embargos apresentados pelo Paraná e ratifica mais uma vez a sentença de 1904 em favor de Santa Catarina.

DEZEMBRO DE 1910

Inauguração da linha sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, unindo as cidades de Porto União da Vitória (PR) a Marcelino Ramos (RS). Aumentam as expulsões de moradores ao largo da linha, feitas pela empresa, que reivindicava direitos à terra mencionados pela concessão.

1911

Seca da taquara, correria de roedores. Evento ambiental que criou uma crise agrícola na região do Contestado e foi memorizado como uma "praga bíblica".

1911

Inaugurada a serraria da Lumber and Colonization, pertencente à Brazil Railway Company, em Três Barras, marcando o início da devastação sistemática das matas de araucária do planalto.

MAIO DF 1912

Divulgada a cura da esposa do fazendeiro Francisco de Almeida pelo monge José Maria, nos Campos do Espinilho, município de Campos Novos. Romaria de doentes em busca de curas por José Maria.

AGOSTO DE 1912

O monge José Maria comparece à Festa de Bom Jesus, em Taquaruçu, município de Curitibanos, onde permanece mesmo depois de terminado o evento festivo.

SETEMBRO DE 1912

Temendo que a concentração em torno de José Maria pudesse ser explorada pela oposição local, o coronel Albuquerque solicita tropas do Regimento de Segurança do Estado para dispersar o grupo de "fanáticos e monarquistas".

SETEMBRO DE 1912

José Maria resolve abandonar Curitibanos e segue rumo a oeste, acompanhado por um grupo de seguidores. Dirige-se aos Campos de Palmas, indo para a localidade de Irani (local sob administração provisória paranaense).

OUTUBRO DF 1912

Governo do Paraná organiza expedição para destruição e captura do grupo de José Maria no Irani.

22 DE OUTUBRO DE 1912

Combate do Irani. Morte do coronel João Gualberto, destruição da expedição do Regimento de Segurança do Paraná. Morte de José Maria. Dispersão dos seguidores do monge. Primeira atuação do grupo intitulado "Pares de França".

01 DE DEZEMBRO DE 1913

Reunião dos sertanejos em Taquaruçu, inspirados pelos relatos dos sonhos da menina Teodora. Período de forte influência de Eusébio Ferreira dos Santos e sua esposa Querubina. Formação da Cidade Santa de Taquaruçu.

09 DE DEZEMBRO DE 1913

Frei Rogério Neuhaus vai a Taquaruçu tentar negociar a dispersão do grupo, porém os rebeldes se declaram em um novo século e não atendem aos clamores do religioso.

DEZEMBRO DE 1913

Consolidação das novas instituições caboclas. Chefias de Manoel e Joaquim. Nova configuração do grupo dos Pares de França (ou Pares de São Sebastião), regularização das "Formas" e instituição dos Comandantes de Briga, de Reza e de Abastecimento.

28 DE DEZEMBRO DE 1913

Primeiro ataque a Taquaruçu. Forças federais e estaduais são derrotadas por sertanejos entrincheirados

03 DE JANEIRO DE 1914

Morte de Praxedes Gomes Damasceno na entrada da Vila de Curitibanos, abatido por capangas do coronel Albuquerque, superintendente municipal.

INÍCIO DE JANEIRO DE 1914

Temendo novo ataque das forças oficiais, vários homens de Taquaruçu se deslocam 30 km a norte para a construção da Cidade Santa de Caraguatá. Mulheres, crianças e velhos permanecem em Taquaruçu. Declínio da liderança de Eusébio e Querubina. Em Caraguatá, ascensão da liderança da virgem Maria Rosa.

JANEIRO/FEVEREIRO DE 1914

O deputado paranaense Correia Defreitas vai em missão de paz aos redutos de Taquaruçu e Caraguatá, contudo o segundo ataque à Taquaruçu frustrou a tentativa de pacificação.

08 DE FEVEREIRO DE 1914

Segundo ataque oficial à Taquaruçu, cidadela é bombardeada por forças do exército e polícia catarinense. Sua população é totalmente massacrada.

09 DE MARÇO DE 1914

Batalha de Caraguatá. Vitória sertaneja sobre mais de 900 soldados das forças oficiais.

FINAL DE MARÇO DE 1914

Maria Rosa comanda retirada de Caraguatá, em razão de uma epidemia de tifo. Formação do reduto de Bom Sossego. Ascensão da liderança de Chiquinho Alonso, com apoio de Elias de Moraes e sua esposa Adúlcia.

ABRIL E MAIO DE 1914

Expedição do general Mesquita. Combate contra a Guarda de Santo Antônio e recolhimento das forças oficiais. Divergências do general Mesquita com "vaqueanos civis" chefiados por Coronéis da

Guarda Nacional. Pequena unidade do exército fica operando na região sob o comando do capitão Matos Costa.

JULHO DE 1914

Expansão do movimento sertanejo ao planalto norte, adesão das lideranças de Antônio Tavares, Aleixo Gonçalves e Bonifácio Alves dos Santos (Papudo). Início do assédio rebelde à Vila de Canoinhas.

AGOSTO DE 1914

Início da expansão rebelde generalizada sobre o planalto central. Ataque às estações da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, tomada das Vilas de Itaiópolis e Papanduva.

SETEMBRO DE 1914

Ataque rebelde às estações de Calmon e São João. Incêndio da serraria da *Lumber* em Calmon. Morte do capitão Matos Costa. Governadores de Santa Catarina e Paraná solicitam intervenção federal. Formação da expedição do general Setembrino de Carvalho.

26 DE SETEMBRO DE 1914

Rebeldes tomam a Vila de Curitibanos e incendeiam prédios públicos e propriedades do coronel Albuquerque.

SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1914

Sob o comando do general Fernando Setembrino de Carvalho um contingente de seis mil soldados do exército é enviado para a região conflagrada.

OUTUBRO DF 1914

Expansão rebelde ao planalto sul. Domínio sertanejo sobre Campo Belo, Capão Alto e interior de Campos Novos. Assédio rebelde à cidade de Lages.

01 DE NOVEMBRO DE 1914

Combate de Rio das Antas, morte do comandante Chiquinho Alonso.

SEGUNDA QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1914

Adeodato assume o comando geral dos rebeldes e ordena o recolhimento de todos os piquetes para o vale do Rio Santa Maria. Fim dos assédios à Canoinhas e Lages. General Setembrino de Carvalho começa o cerco e o combate a qualquer tipo de comércio e abastecimento dos redutos.

21 PARA 22 DE NOVEMBRO DE 1914

Assassinato de 17 trabalhadores, entre nacionais e estrangeiros, às

margens do Rio Iguaçu, por vaqueanos a serviço do Exército Nacional, que ficou conhecido como "Chacina do Iguaçu".

DEZEMBRO DE 1914

Formação do reduto de Santa Maria.

JANEIRO DE 1915

Primeiras rendições no planalto norte: rendições dos grupos de Bonifácio Papudo, Gregório de Lima e Alemãozinho.

FEVEREIRO E MARÇO DE 1915

Várias tentativas da Coluna Sul do exército, chefiada pelo tenente-coronel Estillac Leal, fracassam na tentativa de destruição de Santa Maria.

01 DE MARÇO DE 1915

Queda do avião pilotado pelo tenente Kirk encerra tentativa de emprego da aviação por parte dos militares.

02 DE ABRIL DE 1915

Tomada e destruição do reduto de Santa Maria pela expedição comandada pelo capitão Tertuliano Potiguara, da Coluna Norte. Muitos sertanejos fogem.

ABRIL DE 1915

Sobreviventes de Santa Maria formam os novos redutos de São Miguel, Pedra Branca e São Pedro.

MAIO DF 1915

Afastamento do coronel Albuquerque da Superintendência Municipal de Curitibanos. General Setembrino declara encerrada sua expedição. Uma unidade do 54 Batalhão de Caçadores, auxiliada por grupos de vaqueanos e pelo Regimento de Segurança de Santa Catarina, passam a policiar o planalto e apertar o cerco aos redutos remanescentes.

JUNHO A DEZEMBRO DE 1915

Fase do "açougue", período de massacres e caçadas à caboclos dos últimos redutos.

DEZEMBRO DE 1915 A JANEIRO DE 1916

Destruição do reduto de São Pedro e rendição em massa dos últimos redutários.

AGOSTO DE 1916

Prisão de Adeodato, que se apresenta em Canoinhas.

20 DE OUTUBRO DE 1916

Assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina.

27 DE DEZEMBRO DE 1917

Morte do coronel Albuquerque, por emboscada de inimigos políticos.

19 DE JANEIRO DE 1918

Decreto Federal n. 3.492 anistia a todos os envolvidos e processados na sedição do Contestado, entre Paraná e Santa Catarina

JANEIRO DE 1921

Prisão de grupo de sertanejos chefiados por Bonifácio Papudo (Bonifácio Alves dos Santos) pela polícia de Mafra, Santa Catarina.

03 DE JANFIRO DE 1923

Assassinato do último chefe rebelde Adeodato Manoel Ramos, executado pelo Diretor da Penitenciária de Florianópolis.

ABRIL DE 1923

Ocupação indígena de Pitanga, oeste do Paraná, por Kaingangues devotos do monge João Maria, que são massacrados pela polícia e por colonos.

ABRIL DE 1925

Emboscada e morte de Fabrício das Neves (veterano da Batalha do Irani) por ataque dos irmãos Ruas, vaqueanos a serviço do general Rondon em repressão ao levante tenentista

1935-1938

Ocorrência do "Movimento dos Monges Barbudos" no interior do município de Soledade, Rio Grande do Sul. Concentração de sertanejos estimulada por uma nova passagem do monge João Maria na região. Destruição do povoado dos monges por ação da Brigada Militar do Rio Grande do Sul na Semana Santa de 1938.

MAIO DE 1942

Prisão de grupo de sertanejos devotos do monge João Maria, o movimento dos Alonsos, na região dos rios Timbó e Tamanduá, pela Polícia de Porto União.